

A CULTURA PUNITIVA JUDICIAL: A FIGURA DA PRISÃO PREVENTIVA COMO SUPOSTO INSTRUMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

1 OBJETO

Analisar os *habeas corpus* impetrados p Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul com a finalidade de revogar prisões preventivas decretadas, a partir disso, conhecer os discursos explanados pelos julgadores e suas peculiaridades e características principais.

2 RELEVÂNCIA

A importância deste trabalho reside no fato de muitos julgadores verem no encarceramento uma forma de proteção social, sendo que, para isso, o Poder Judiciário só teria suas atividades legitimadas se efetuasse prisões. Confunde-se, nesta perspectiva, a eficiência judicial com o aumento das taxas de encarceramento, conseqüentemente a atividade judicial seria legitimada somente com a alta taxa de encarceramento. Logo, percebe-se que há uma inversão da lógica do instituto da prisão preventiva, uma vez que, ao invés de ser usada excepcionalmente, passou a ser massificada, banalizando-a.

3 METODOLOGIA

Em um primeiro momento, a pesquisa será estritamente conceitual, pois foi realizada uma revisão bibliográfica no instituto da prisão preventiva e suas hipóteses de cabimento. Em seguida, parte-se para a análise dos dados coletados, qual seja, o conjunto de decisões, especificamente no que se refere às narrativas dos julgadores, tendo como campo de análise a primeira, segunda e terceira câmaras do Tribunal.

4 HIPÓTESE

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul utilizava majoritariamente, para a manutenção das prisões, o fundamento da garantia da ordem pública, atribuindo a este conceito o conteúdo de: (i) clamor público; (ii) gravidade do delito em abstrato e; (iii) periculosidade do agente.

5 Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de Segurança Pública de 2015**. São Paulo, 2015.
LOPES JR, Aury. **Direito Processual Penal**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. **Curso de Direito Processual Penal**. 8. ed. Salvador: JusPodivm, 2013.



Autor: Gilnei Copini - Graduando em Direito pela PUCRS

Orientador: Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo - Professor do PPGCCRIM e PPGCS da PUCRS